



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

10/12/2020

## Principais números

Total de pleitos do cooperativismo	82
Pleitos atendidos (total ou parcialmente)	46

## Pleitos por foco

Preservação da atividade econômica	65
Garantia de abastecimento	33
Segurança jurídica	11
Proteção à saúde	6
Proteção econômica dos trabalhadores	1
Estímulo a doações	1

Clique em cada ramo para navegar pelo documento:

[Todos os ramos](#) | [Agropecuário](#) | [Crédito](#) | [Infraestrutura](#) | [Saúde](#) | [Trabalho, Produção de bens e Serviços](#) | [Transportes](#)

## Todos os ramos

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
Preservação da atividade econômica	Inclusão de <b>cooperativas com faturamento equivalente às MPE</b> como beneficiárias de linhas de crédito e ações emergenciais voltadas aos pequenos negócios.	Garantir apoio a todos os pequenos negócios, inclusive os organizados em forma de cooperativa, em consonância com o art. 34 da Lei 11.488/2007.	Diversos	Congresso Nacional / Ministério da Economia	Deputado Evair de Melo (PP/ES) Deputado Efraim Filho (DEM/PB) Senador Marcos Rogério (DEM/RO)	Pleito atendido pela <b>Lei 14.042/2020</b> , que alterou as regras do Programa Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Pronampe) e criou o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), <b>incluindo as cooperativas em ambos os programas.</b>  Acesse aqui a notícia: <a href="http://bit.ly/Coop-Pronampe">http://bit.ly/Coop-Pronampe</a>



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
Segurança jurídica	Prorrogação de prazos e vencimentos das <b>escriturações fiscais digitais</b> .	Preocupação com o atendimento tempestivo da transmissão das escriturações fiscais digitais e das possíveis penalidades incorridas com a infração dos prazos, tendo em vista o cenário de restrições impostas pelo combate à Covid-19.	Instrução Normativa ou Portaria	Receita Federal	Deputada Aline Sleutjes (PSL/PR)	Pleito atendido pela <b>Instrução Normativa 1.932/2020 da RFB</b> , que prorrogou o prazo da DCTF e da EFD-Contribuições, pela <b>Instrução Normativa 1.950/2020 da RFB</b> , que prorrogou o prazo da ECD e pela <b>Instrução Normativa 1.965/2020 da RFB</b> , que prorrogou o prazo da ECF.  Acesse aqui a notícia: <a href="https://bit.ly/2Oxhbsk">https://bit.ly/2Oxhbsk</a>
Preservação da atividade econômica	Sanção do PL 1.282/2020, que cria do <b>Programa Nacional de Apoio às MPE - PRONAMPE</b> , com inclusão do cooperativismo de crédito.	Garantir as cooperativas de crédito como operadoras do PRONAMPE, aproveitando a capilaridade e <i>expertise</i> do setor junto ao público dos pequenos negócios.	Lei ordinária	Presidência da República / Ministério da Economia		Pleito atendido pela <b>Lei 13.999/2020</b> , que criou o Pronampe e inseriu as cooperativas como agentes repassadores dos recursos do programa.  Acesse aqui a notícia: <a href="https://bit.ly/3cRuChT">https://bit.ly/3cRuChT</a>
Segurança jurídica	Prorrogação do prazo de entrega do <b>Relatório de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RAPP</b>	Caso não seja adotada tal medida de postergação do prazo, ainda que por motivos alheios à capacidade e vontade do setor produtivo, certamente diversas cooperativas e empresas não terão condições materiais de atender tal obrigação até o final de março, justamente em razão de sua reduzida capacidade de atuação nesse momento de combate à Covid-19.	Portaria	Ibama	Frencoop	Pleito atendido pela <b>Instrução Normativa 12/2020 do Ibama</b> , prorrogando o prazo de entrega para 29/06/2020.  Acesse aqui a notícia: <a href="https://bit.ly/2VdgUxW">https://bit.ly/2VdgUxW</a>



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
Segurança jurídica	Adiamento dos prazos de realização de <b>assembleias gerais ordinárias de cooperativas</b> .	Medida normativa para postergar os prazos de realização de assembleias gerais ordinárias, bem como o envio de informações originadas nestes atos, evitando possíveis sanções por eventual descumprimento do prazo.	Medida provisória	Presidência da República	Frencoop	Pleito atendido pela <b>MP 931/2020</b> , prorrogando o prazo das assembleias e pela <b>Instrução Normativa 79/2020 do DREI</b> , que tratou dos procedimentos para participação e votação a distância em reuniões e assembleias de sociedades anônimas fechadas, limitadas e cooperativas.  Acesse aqui a notícia: <a href="https://bit.ly/2VwWakN">https://bit.ly/2VwWakN</a>
Preservação da atividade econômica	Suspensão dos <b>prazos para prática de atos processuais</b> no âmbito da Receita Federal do Brasil ( <b>RFB</b> ) e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ( <b>CARF</b> ) até agosto.	Uma vez ainda vigentes as medidas sanitárias de prevenção à propagação da COVID-19 (Coronavírus), em especial o isolamento e distanciamento social, , cabe nova suspensão dos prazos para a prática de atos processuais nas repartições da entidade até agosto de 2020, assegurando, assim, melhores condições aos profissionais que militam na defesa administrativa das cooperativas tenham amplas condições para o amplo exercício ao contraditório e do direito de defesa.	Portaria	Receita Federal		Pleito <b>parcialmente</b> atendido pela <b>Portaria RFB 1.087/2020</b> , que suspendeu, até 31 de julho de 2020, atos processuais no âmbito do órgão.  Os <b>processos do CARF não foram abarcados</b> pela medida.
Segurança jurídica	Suspensão ou prorrogação de prazos de <b>fiscalizações em geral e apresentação de documentos</b> às entidades de fiscalização.	Preocupação com o atendimento tempestivo aos processos de fiscalização e de disponibilização das informações requeridas pelo ente fiscalizador, culminando em possíveis penalidades incorridas com	Diversos	(Ministério do Trabalho, ANTT, RFB, ANS, Receita estadual, Municípios, MAPA, IMETRO, ANVISA. dentre outros)	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS) Senadora Simone Tebet (MDB/MS)	Alguns <b>órgãos vêm prorrogando individualmente seus prazos</b> para cumprimento de obrigações (ex: ANTT,



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
		a infração dos prazos, tendo em vista o cenário de restrições operacionais impostas pelo combate à Covid-19.				BCB, Economia, Ibama, PGFN, RFB, Mapa, entre outros).
Proteção à saúde	Incluir prestadores de serviços essenciais no grupo prioritário da <b>campanha de vacinação contra a gripe (influenza)</b> .	Os prestadores de serviços essenciais não podem parar seu trabalho durante o período crítico de combate à Covid-19	Portaria	Ministério da Saúde	Frencoop	Pleito <b>parcialmente</b> atendido pelo governo em <b>anúncio no Palácio do Planalto</b> , no dia 30/03. Profissionais de saúde e caminhoneiros foram incluídos no público prioritário de vacinação.  <b>Accesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2Ro8gLS">https://bit.ly/2Ro8gLS</a>
Proteção econômica dos trabalhadores	Inclusão de cooperados no <b>Renda Básica Emergencial</b>	Inclusão de novas categorias de trabalhadores no projeto que institui a renda básica emergencial para trabalhadores informais, autônomos, intermitentes, microempreendedores individuais (MEI), desempregados e beneficiários de programas sociais como o bolsa família. Entre elas taxistas, motoristas de transporte escolar, catadores de materiais recicláveis, caminhoneiros, garimpeiros e agricultores, ligados a cooperativas.	Projeto de Lei	Congresso Nacional / Presidência da República	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Reavaliando abordagem com o governo.  O Congresso Nacional aprovou o PL 873/2020, que inseriu os cooperados, no geral, entre as categorias profissionais que podem receber o auxílio emergencial. <b>Todavia, a Presidência da República vetou as inclusões de categorias.</b> O tema passará por reavaliação.  <b>Accesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2zYXt4G">https://bit.ly/2zYXt4G</a>



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
Preservação da atividade econômica	Postergação do vencimento das <b>contribuições previdenciárias dos contribuintes individuais (autônomos) e demais tributos federais</b> , nos moldes da Portaria ME 139/2020 e da Portaria ME 150/2020.	A postergação dos prazos para pagamento dos tributos federais é uma medida importantes e coerentes com as demais medidas econômicas implementadas pelo Governo Federal e pelo Ministério da Economia com o fim de minimizar os efeitos negativos da pandemia. Diversos setores já tiveram suas contribuições prorrogadas pelas Portarias ME 139 e 150/2020, porém os autônomos (contribuintes individuais) ainda não foram contemplados. Incluem-se nessa categoria cooperados das cooperativas de trabalho, transporte, saúde e serviços em geral que recolhem na condição de contribuintes individuais da previdência social.	Portaria	Ministério da Economia		Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.
Preservação da atividade econômica	Restituição em até 30 dias de 75% do total de <b>crédito (pis/cofins) de exportação</b> , cujos pedidos possuem mais de 360 dias	Importante medida para garantir a manutenção de capital de giro nas sociedades cooperativa.	Portaria/Instrução Normativa	Ministério da Economia	Deputado Pedro Lupion (PR/DEM)	Avaliando abordagem com o governo.
Preservação da atividade econômica	Revogar a vedação à <b>compensação de débitos</b> relativos às estimativas mensais do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") com créditos fiscais detidos pelo contribuinte, prevista no artigo 6º da lei 13.670/18	A medida é importante para manutenção no fluxo de caixa das cooperativas e não representa renúncia fiscal no exercício.	Lei	Poder Legislativo/Ministério da Economia	Deputado Pedro Lupion (PR/DEM)	Avaliando abordagem com o governo.
Estímulo a doações	Dedução integral no IRPJ e no IRPF de valores que forem <b>doados para hospitais e Santas Casas</b> no período de 90 dias para o combate à pandemia.	Estímulo para que as sociedades façam doações a hospitais e Santas Casas neste momento de pandemia.	Decreto	Poder Executivo/Ministério da Economia	Deputada Leandre (PV/PR)	Avaliando abordagem com o governo.  Foram apresentados os seguintes projetos de lei sobre o tema:



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
						<ul style="list-style-type: none"><li>- <b>PL 1756/2020:</b> contribuintes poderão efetuar doações sendo deduzidas do IR.</li><li>- <b>PL 1418/2020:</b> dedução do IR a doações à fundos de saúde e hospitais universitários.</li></ul>

[Voltar ao início](#)



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

## Agropecuário

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Substituição do pagamento da <b>CPR Estoque do PAA</b> pela entrega de produtos em volume equivalente.	Possibilitar que o pagamento da CPR Estoque, no âmbito do PAA, seja substituído, em caráter de excepcionalidade, pela entrega de produtos em volume equivalente para posterior doação a entidades socioassistenciais, garantindo assim que as cooperativas possam manter o recurso financeiro em caixa nesse momento de crise.	Portaria ou Decreto	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).		<b>Pleito atendido pela Lei 14.048/2020</b> , que autorizou, no âmbito do PAA, a quitação em produto de parcelas vencidas ou vincendas de Cédulas de Produto Rural (CPRs) emitidas em favor da Conab por organizações de agricultores familiares cuja comercialização da produção tenha sido prejudicada pela pandemia da Covid-19.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/3lrksbQ">https://bit.ly/3lrksbQ</a>
Segurança jurídica	<b>Sancionar a Medida Provisória nº 897/19 sem vetos</b> , em especial da alteração proposta na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, dispõe, acerca da adequada interpretação sobre a <b>apuração da receita bruta decorrente da entrega da produção dos cooperados às cooperativas</b> e a correta forma do cálculo de determinadas contribuições.	A medida propõe a aplicação do tratamento isonômico entre as operações de integração vertical dos demais modelos societários às sociedades cooperativas e busca evitar injustiças na cobrança previdenciária dos produtores rurais associados em cooperativas, garantindo assim mais segurança jurídica às relações entre as cooperativas e os seus cooperados. Cabe ressaltar que a proposta não altera a regra tributária, nem tão pouco resulta em ampliação do rol de beneficiários ou concede novas isenções, e, portanto, não ofende o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.	Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 30, 2019 em Lei	Presidência da República Congresso Nacional	Deputada Aline Sleutjes (PSL/PR) Deputada Caroline de Toni (PSL/SC) Deputado Pedro Lupion (PR/DEM) Deputado Sérgio Souza (PMDB/PR) Deputado Alceu Moreira (MDB/RS) Deputado Evair de Melo (PP/ES)	<b>Pleito atendido pela Lei 13.986/2020</b> , que trouxe o devido acesso das coops aos fundos constitucionais, dispensou de registro de CPR e equiparou dos custos cartorários no crédito rural.  <b>O Executivo havia vetado dispositivo</b> que reconhecia o ato cooperativo na integração vertical, mas <b>após atuação da OCB e Frencoop o Congresso</b>



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
					Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	<b>Nacional derrubou o veto</b> no dia 12/08, mantendo todas as conquistas do cooperativismo.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/30THLmt">https://bit.ly/30THLmt</a>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Ajustes em linha de crédito específica do <b>Pronaf</b> .	Prorrogação dos juros e principal das linhas Crédito a Cooperativas de Produção Agropecuárias, destinado a Industrialização, Atendimento a Cooperados, Cotas-Partes e Comercialização, por até 12 meses, desconsiderando o limite individual por cooperado e cooperativa no próximo ano agrícola.	Resolução Bacen	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Economia e Banco Central do Brasil (Bacen).	Deputado Evair de Melo (PP/ES)  Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Pleito atendido pela <b>Resolução 4.840/2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN)</b> , que prorrogou para até 15 de dezembro/2020 o vencimento das parcelas.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2Xz8C5q">https://bit.ly/2Xz8C5q</a>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Ajustes em linha de crédito específica do <b>Pronaf</b> .	Prorrogação dos juros e principal dos vencimentos do ano de 2020 das linhas de Crédito de Investimento (PRONAF Mais Alimentos), para pagamento ao final do período de amortização, na mesma quantidade de parcelas prorrogadas. Prorrogação dos juros e principal das linhas de Crédito de Industrialização para Agroindústria Familiar (Pronaf Industrialização de Agroindústria Familiar), por até 12 meses, desconsiderando o limite anual individual por cooperado e cooperativa no próximo ano agrícola.	Resolução Bacen	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Economia e Banco Central do Brasil (Bacen).	Deputado Evair de Melo (PP/ES)  Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Pleito atendido pela <b>Resolução 4.840/2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN)</b> , que prorrogou para até 15 de dezembro/2020 o vencimento das parcelas.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2Xz8C5q">https://bit.ly/2Xz8C5q</a>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Ajustes em linha de crédito específica do <b>Pronaf</b> .	Aumento do limite para mais de uma operação em cada ano agrícola, por beneficiário, pessoa física, dos associados relacionados na DAP jurídica da cooperativa para tomada de Crédito de Industrialização para Agroindústria Familiar (Pronaf Industrialização de Agroindústria Familiar), dos atuais R\$ 45.000,00 para R\$ 60.000,00.	Resolução Bacen	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Economia e	Deputado Evair de Melo (PP/ES)  Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Pleito atendido pela <b>Resolução 4.839/2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN)</b> , que ampliou o limite do Pronaf Agroindústria



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frecoop responsável	Status
				Banco Central do Brasil (Bacen).		Pessoa Física para R\$ 60 mil.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2Xz8C5q">https://bit.ly/2Xz8C5q</a>
Preservação da atividade econômica	<b>Selo Biocombustível Social</b> - Prorrogação de prazos para apresentação de documentação e suspensão temporária da prestação obrigatória dos serviços de ATER.	Autorização para que, excepcionalmente, as cooperativas habilitadas no Programa Selo Biocombustível Social possam ter os prazos para apresentação de documentos comprobatórios prorrogados e também para que possa haver a suspensão temporária da prestação obrigatória dos serviços de ATER caso haja necessidade perante o status de calamidade pública.	Portaria	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).		Pleito atendido pela <b>Portaria SAF 97/2020</b> , do Ministério da Agricultura.  <b>Acesse aqui</b> o normativo: <a href="https://bit.ly/3iLTiv5">https://bit.ly/3iLTiv5</a>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Adoção de <b>critérios para aplicação</b> dos recursos destinados em caráter emergencial ao <b>Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)</b> .	No intuito de que exista um melhor aproveitamento dos recursos a serem empregados por parte do governo federal para as aquisições governamentais nesse momento de crise, possibilitando o adequado acesso aos mesmos pelas cooperativas da agricultura familiar, é necessária a adoção de critérios específicos por parte do Grupo Gestor do Programa de Aquisições de Alimentos (GGPAA) nas chamadas públicas.	Portaria ou Resolução do GGPAA	Ministério da Cidadania e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)		Pleito atendido pelo GGPAA, que adotou <b>novos critérios para o PAA-CDS, dando prioridade para as cooperativas</b> nos projetos de compras públicas de alimentos.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2A0vphR">https://bit.ly/2A0vphR</a>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Ampliação das aquisições de gêneros alimentícios no âmbito do <b>PAA</b>	Direcionamento de recursos para a instrumentalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conforme necessidade de atendimento às ações de apoio por parte do Ministério da Cidadania.  O Ministério da Cidadania, para cumprir seu papel de atendimento ao público de alta vulnerabilidade social, principalmente em momentos de crise, necessita de instrumentos que o permita adquirir gêneros alimentícios em âmbito nacional. O PAA é uma dessas ferramentas, garantindo ao mesmo	Chamadas Públicas	Ministério da Cidadania	Deputado Zé Silva (SDD/MG)  Deputado Heitor Schuch (PSB/RS)	Pleito atendido pela <b>Medida Provisória 957/2020</b> , que garantiu crédito extraordinário para a compra de produtos da agricultura familiar, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em caráter de urgência, no âmbito do enfrentamento ao novo Coronavírus.



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
		tempo o fluxo de renda no âmbito da agricultura familiar				<b>Acesse aqui a notícia:</b> <a href="https://bit.ly/3cWO3F6">https://bit.ly/3cWO3F6</a>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Continuidade do fornecimento de gêneros alimentícios no âmbito do <b>PNAE</b>	<p>Com a paralisação das atividades escolares, é necessário que sejam garantidas as aquisições dos gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e suas cooperativas já pactuadas e contratualizadas por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).</p> <p>É preciso resguardar a segurança alimentar dos alunos matriculados por meio da entrega direta dos alimentos do PNAE às famílias e também garantir a renda dos agricultores familiares.</p> <p>No âmbito do Congresso Nacional, sugerimos a aprovação dos PLs 786/20 e PL 824/2020, com supressão do inciso II e do § 1º do art. 21-A constantes do art. 1º do PL 824, que permite o repasse direto dos recursos às famílias.</p>	Projeto de lei	Congresso Nacional / Ministério da Educação	Deputado Zé Silva (SDD/MG)	<p>Pleito atendido pela <b>Lei 13.987/2020</b>, que garante as aquisições de alimento do PNAE durante a pandemia da covid-19.</p> <p><b>Acesse aqui a notícia:</b> <a href="https://bit.ly/39QR9sh">https://bit.ly/39QR9sh</a></p>
Preservação da atividade econômica	<b>Selo Biocombustível Social</b> - Possibilidade de solicitação da habilitação no programa de forma digital.	Possibilitar que as cooperativas agropecuárias que tiverem o interesse em se habilitar no Programa Selo Biocombustível Social possam realizar a solicitação de forma digital, garantindo agilidade no processo e evitando a tramitação de documentação por via física.	Site	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).		<p>Pleito atendido em 06/04 pelo governo, que <b>criou um portal</b> para permitir a habilitação on-line de cooperativas para o Selo Combustível Social.</p> <p><b>Acesse aqui a notícia:</b> <a href="https://bit.ly/34uaD51">https://bit.ly/34uaD51</a></p>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Prorrogação do <b>prazo de pagamentos dos Tributos Federais</b> , da seguinte forma: (i) INSS folha; FGTS; IRPJ e CSLL e Funrural dos próximos 06 meses, considerar a partir do mês de março até agosto/2020. (ii) O pagamento destes valores dos 06 meses, serem parcelados em 12 meses a partir de	A postergação dos prazos para pagamento dos tributos federais referentes ao período de março a agosto e a possibilidade do parcelamento das mesmas são medidas importantes e coerentes com as demais medidas econômicas implementadas pelo Governo Federal e pelo Ministério da Economia com o fim de minimizar os efeitos	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	<p>Pleito atendido pela <b>Portaria ME 139/2020</b>, alterada pela <b>Portaria ME 150/2020</b>, do Ministério da Economia.</p>



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
	setembro/2020. (iii) Não cobrar juros e multas sobre estes valores, ou seja, pagamento apenas do montante prorrogado.	negativos da pandemia. Frisa-se que o atual cenário de crise mundial resultará em graves impactos financeiros e econômicos na sociedade. Os produtores e suas cooperativas enfrentarão grandes dificuldades em manter suas operações, culminando assim na redução da sua produção e por conseguinte de seu resultado. Assim sendo, as medidas são importantes na atenuação dos efeitos desta crise e na preservação do setor produtivo agropecuário.				<b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2JO20J0">https://bit.ly/2JO20J0</a>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Prorrogação dos <b>Convênios ICMS 100/97 e ICMS 52/91</b>	O Conv. nº 100/97 outorga reduções na base de cálculo de ICMS nos percentuais de 30% e 60% para os insumos destinados ao uso na agricultura e na pecuária e o conv. nº 52/91 concede reduções na base de cálculo de ICMS nas operações com equipamentos industriais e implementos agrícolas	Convênio	CONFAZ	Deputado José Mário Schreiner (DEM/GO)	Pleito atendido pelo <b>Confaz no Despacho 17/2020</b> . Na ocasião decidiu-se prorrogar ambos os convênios até o 31 de dezembro de 2020, quando será discutido novamente a continuidade deles.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/39XINz6">https://bit.ly/39XINz6</a>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Manutenção das <b>atividades nos frigoríficos</b> com segurança	Garantia do funcionamento dos serviços considerados essenciais no âmbito de defesa, inspeção, industrialização, exportação e importação.	Ofício Circular	SDA/MAPA		Pleito atendido pelo <b>Ofício-Circular 28/2020 do DIPOA/DAS/MAPA</b> , orientando como serão as operações de fiscalização durante o período de calamidade.
Segurança jurídica	Prorrogação do <b>vencimento das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs)</b> por 180 dias	A renovação das DAPs que estão vencendo ficará comprometida com a redução da atividade in loco dos emissores, sendo necessária medida que prorrogue tais prazos	Portaria	MAPA		Pleito atendido pela <b>Portaria 24/2020 do Mapa</b> .  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2XkJgsE">https://bit.ly/2XkJgsE</a>



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	<b>Ajustes na Resolução 4.802</b> , de 2020 visando a para garantia da liquidez e alongamento dos financiamentos rurais das regiões de estiagem no RS e SC, via <b>Procap-Agro giro</b> .	Proposta de ajustes: (i) aceitação de Laudo Técnico Agrônômico de Perdas, visando mitigar os graves efeitos da estiagem. (ii) extensão do prazo para contratação das operações que deverão encerrar-se em 30/06/2020. No entender das cooperativas gaúchas o prazo é relativamente curto, uma vez que a Portaria de Equalização e a Circular do BNDES possuem trâmites relativamente burocráticos. (iii) Extinção do limite de R\$40 mil por associado ativo. Entende-se que os mesmos não abrigam a maioria dos cooperados com dívidas decorrentes das perdas referidas.	Resolução Bacen	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Economia e Banco Central do Brasil (Bacen).		Pleito atendido <b>parcialmente pela Resolução 4.840/2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN)</b> , que alterou o prazo de vencimento das parcelas de operações de crédito rural.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2Xz8C5q">https://bit.ly/2Xz8C5q</a>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Prorrogação das <b>operações diretas e indiretas de investimentos</b> das linhas equalizáveis contratadas com recursos do <b>BNDES</b> .	As Resoluções nº 4.801 e nº 4.802 trouxeram a possibilidade de prorrogação das operações ou parcelas de crédito rural de custeio e de investimento contratadas com equalização de encargos financeiros pelo Tesouro Nacional, na forma do Manual de Crédito Rural, porém com a necessidade de as mesmas serem previamente RECLASSIFICADAS. Essa medida dificulta a atuação das cooperativas de crédito, especialmente daquelas que operam fortemente com DIR e demais agentes financeiros.	Resolução Bacen	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Economia e Banco Central do Brasil (Bacen).		Pleito atendido <b>parcialmente pela Resolução 4.840/2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN)</b> , que alterou o prazo de vencimento das parcelas de operações de crédito rural.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2Xz8C5q">https://bit.ly/2Xz8C5q</a>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Ajustes em linha de crédito específica do <b>Pronaf</b> .	Aumento do limite para mais de uma operação em cada ano agrícola, por beneficiário, cooperativa singular, para tomada de Crédito de Industrialização para Agroindústria Familiar (Pronaf Industrialização de Agroindústria Familiar), dos atuais R\$ 15.000.000,00 para R\$ 30.000.000,00.	Resolução Bacen	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Economia e Banco Central do Brasil (Bacen).	Deputado Evair de Melo (PP/ES)  Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Pleito atendido <b>parcialmente pela Resolução 4.839/2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN)</b> , que ampliou o limite do Pronaf Agroindústria para cooperativa singular para R\$ 20 milhões.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2Xz8C5q">https://bit.ly/2Xz8C5q</a>



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Ajustes em linha de crédito específica do <b>Pronaf</b> .	Aumento do limite para mais de uma operação em cada ano agrícola, por beneficiário, cooperativa central, para tomada de Crédito de Industrialização para Agroindústria Familiar (Pronaf Industrialização de Agroindústria Familiar), dos atuais R\$ 30.000.000,00 para R\$45.000.000,00.	Resolução Bacen	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Economia e Banco Central do Brasil (Bacen).	Deputado Evair de Melo (PP/ES) Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Pleito atendido <b>parcialmente</b> pela <b>Resolução 4.839/2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN)</b> , que ampliou o limite do Pronaf Agroindústria para cooperativa central para R\$ 40 milhões.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2Xz8CSq">https://bit.ly/2Xz8CSq</a>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Antecipar a divulgação do <b>Plano Safra 2020/21</b> e a liberação de linhas de crédito rural	Antecipar a divulgação do Plano Safra 2020/21 e a liberação de linhas de crédito para que sejam disponibilizados recursos para custeio e investimento ainda em maio para produtores e suas cooperativas. Antecipar a liberação das linhas de comercialização e estocagem para abril, maio e junho via Funcafé. Antecipar também as linhas de RO - custeio, para que se possa iniciar as operações de aquisição de insumos para posterior fornecimento aos cooperados mais cedo, a partir da alteração dos seguintes pontos no MCR: Restabelecer no MCR 5-2-22 o seguinte trecho: “créditos destinados a adiantamento a cooperativas, com recursos obrigatórios, a título de Pré-Custeio, para aquisição de insumos para fornecimento aos associados devem ser transformados, no prazo de 90 dias, em operações de fornecimento dos respectivos insumos aos associados, sob pena de desclassificação do rol de financiamentos rurais desde sua origem”.  A medida visa injetar recursos possibilitando que os produtores, cooperativas e empresas que atuam no setor possam fazer frente aos seus compromissos financeiros e, assim, planejar suas	Resolução Bacen	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Economia, Banco Central do Brasil (Bacen) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Deputado Evair de Melo (PP/ES) Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Plano Safra divulgado no dia 17/06, mesmo período do ano anterior.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2UW9HmC">https://bit.ly/2UW9HmC</a>



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
		ações até que o mercado volte à normalidade, preservando empregos e renda.				
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Recriar a <b>linha emergencial</b> de crédito rural às cooperativas de produção agropecuária - " <b>Procap-Agro Emergencial Estiagem</b> ", nos moldes da "Linha Emergencia de Crédito", oriunda da Circular SUP/AGRIS-BNDES nº 30, de 23 de julho de 2012.	Concessão de "Linha Emergencial de Crédito" às cooperativas singulares de produção agropecuária do estado do Rio Grande do Sul cujos associados tinham sofrido perdas na renda em decorrência da decretação do estado de emergência ou do estado de calamidade pública após 01 de janeiro de 2020, reconhecida pelo Governo Federal, ou Laudos Técnicos Agrônômicos com perdas iguais ou superiores a 25% nos grãos e de 15% nas demais atividades agropecuárias.	Resolução Bacen e Circular do BNDES.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Economia, Banco Central do Brasil (Bacen) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Deputado Evair de Melo (PP/ES) Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2y4PfaA">https://bit.ly/2y4PfaA</a>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Prorrogar as <b>operações diretas e indiretas de investimentos das linhas equalizáveis</b> que dependam da autorização do Tesouro Nacional, que vençam em 2020, tanto para os programas vinculados a <b>agricultura empresarial</b> quanto aos programas do <b>Pronaf</b> .	O congelamento de parcelas (principal + juros) de financiamento anunciada pelo BNDES por 180 dias para as parcelas vinculadas as operações diretas e também para as indiretas (contratadas via agente financeiro) com o BNDES não contemplam as linhas equalizáveis que atualmente são as principais operações financiadas pelas cooperativas agropecuárias, a exemplo do Prodecoop, PCA, Inovagro, Moderagro, dentre outros. A medida trará certo fôlego para as cooperativas que tenham suas operações vencidas ou vincendas no ano de 2020. Há que se ressaltar ainda, a possibilidade de redistribuição do pagamento desses valores no tempo, adequando à nova capacidade de pagamento.	Resolução Bacen e Circular do BNDES.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Economia, Banco Central do Brasil (Bacen) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Deputado Evair de Melo (PP/ES) Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2y4PfaA">https://bit.ly/2y4PfaA</a>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Recriar a <b>linha emergencial</b> de crédito rural às cooperativas de produção agropecuária, via <b>Procap-Agro</b> , com as mesmas condições pactuadas pela antiga Circular nº 90-BNDES, de 12 de agosto de 2009.	Nos moldes das medidas emergenciais adotadas pós crise de liquidez do mercado americano, conhecida como a "crise do subprime", em 2008, altamente eficaz e com repercussões muito positivas para economia.	Resolução Bacen e Circular do BNDES.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Economia, Banco Central do Brasil (Bacen) e Banco	Deputado Evair de Melo (PP/ES) Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2y4PfaA">https://bit.ly/2y4PfaA</a>



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Disponibilizar <b>linhas externas</b> (podem ser utilizadas as reservas cambiais - o ciclo é curto e em 90 dias já poderia se iniciar a recomposição). Para além disso, é fundamental a busca de alternativas para equacionar as <b>dificuldades de alocação de capital</b> .	Com a alta do dólar, os preços pagos aos produtores atingiram os maiores níveis nominais da história. A comercialização de soja está bastante adiantada alcançando até o momento o volume equivalente a 80% da safra 2019/2020 já vendida. As fixações de preço que estão sendo realizadas neste momento terão seus embarques para os compradores distribuídos durante o ano, tendo em vista que não é possível em termos logísticos escoar toda a produção em um intervalo tão curto de tempo. A pressão no caixa é aumentada visto que temos a compra de insumos para a safra 2020/2021. Para financiar este ciclo operacional, as cooperativas se valem de linhas de crédito para capital de giro quer sejam linhas externas para financiamento da exportação ou linhas em reais para financiamento das vendas internas, somadas ao capital de giro próprio. O carregamento deste estoque (entre a fixação de preços e a efetiva venda) demanda um volume apropriado de capital de giro e, quanto maior a concentração de fixação, maior será a necessidade de capital de giro.	Resolução Bacen	Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)  Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Economia, Banco Central do Brasil (Bacen) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Deputado Evair de Melo (PP/ES)  Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2y4PfaA">https://bit.ly/2y4PfaA</a>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Dispensar a observância do limite de 8% por parte das instituições financeiras no caso de <b>renegociação das operações de crédito de investimento rural</b> contratadas com recursos repassados pelo BNDES.	Ponto já pacificado em diversas reuniões com os representantes dos Ministérios da Agricultura e Economia, em função do grande número de possíveis prorrogações das operações de crédito de investimento rural, em especial, provocadas pela estiagem no Estado do Rio Grande do Sul.	Resolução Bacen	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Economia, Banco Central do Brasil (Bacen) e Banco Nacional de Desenvolvimento	Deputado Evair de Melo (PP/ES)  Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2y4PfaA">https://bit.ly/2y4PfaA</a>



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Postergar o pagamento das <b>parcelas do PRR</b> dos próximos 6 meses (março a agosto), permitindo seu parcelamento em 12 meses, a partir de setembro de 2020, sem incidência de juros ou multas.	A postergação das parcelas com vencimento nos meses de março a agosto é necessária e razoável e encontra-se em consonância com as demais as medidas econômicas implementadas pelo Governo Federal e pelo Ministério da Economia com o fim de minimizar os efeitos negativos da pandemia. Ressalta-se que o produtor rural já vinha enfrentando dificuldades em assumir altos passivos desde a declaração de constitucionalidade do Funrural, em mudança abrupta de direcionamento da jurisprudência dos Tribunais. A situação foi agravada em virtude das ações sanitárias e de saúde pública elaboradas com o objetivo de contenção da disseminação do vírus, como o fechamento de comércios, suspensão do transporte público, quarentena, isolamento, dentre outros. Neste sentido, produtores e suas cooperativas enfrentarão grandes dificuldades em manter suas operações, culminando assim na redução da sua produção e por conseguinte de seu resultado. Assim sendo, a medida é essencial para mitigar os impactos desta crise e resguardar o setor produtivo agropecuário.		Econômico e Social (BNDES)  Secretaria da Receita Federal (SRF)	Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2y4PfaA">https://bit.ly/2y4PfaA</a>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Liberação imediata de forma antecipada de 75% dos valores de <b>PIS e COFINS dos pedidos de ressarcimento</b> já transmitidos pelas cooperativas agropecuárias, sem levar em consideração os 360 dias de prazo que a Receita Federal tem para análise e liberação desses recursos.	A liberação de 75% dos valores de PIS e COFINS dos pedidos de ressarcimento propiciará, neste cenário crítico, capital de giro às sociedades cooperativas fundamental para a manutenção de suas atividades, bem como para o cumprimento de contratos, pagamentos e demais obrigações.		Secretaria da Receita Federal (SRF)	Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2y4PfaA">https://bit.ly/2y4PfaA</a>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Criação de linha de crédito <b>nos moldes do Pronaf Estiagem</b> lançado em 2012, agora com abrangência para as regiões <b>Norte e Nordeste</b> .	O Pronaf Estiagem, criado em 2012 para beneficiar agricultores familiares naquela oportunidade, se restringiu aos municípios situados na área de atuação da SUDENE, oferecendo um limite de crédito de R\$12.000,00, com 3 anos de carência e	Resolução Bacen	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério	Deputado Efraim Filho (DEM/PB)  Deputado Capitão Wagner (PROS/CE)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
		pagamento parcelado em até 10 anos, com 40% de desconto se pagas em dia, e juros de 1% ao ano. Foi muito eficaz e com repercussões positivas para a manutenção das famílias e economia da região onde as cooperativas atuam, garantindo emprego e renda. A diferença dessa proposta é que o financiamento será concedido diretamente às cooperativas e com abrangência aos estados do Norte e Nordeste, que possuem perfil de agricultores familiares com uma maior situação de fragilidade comparativamente aos demais estados da federação.		da Economia e Banco Central do Brasil (Bacen).	Deputado Ruy Carneiro (PSDB/PB)  Deputado Dr. Mauro Nazif (PSB/RO)	<b>Acesse aqui a notícia:</b> <a href="https://bit.ly/3aVEKVz">https://bit.ly/3aVEKVz</a>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Proposta de <b>criação do Procap-Agro giro</b> , com objetivo de garantir a liquidez das cooperativas agropecuárias em função da Pandemia Covid-19.	Como já mencionado em reuniões anteriores, o ciclo financeiro de pagamento e recebimento das cooperativas agropecuárias tem gerado déficits no fluxo de caixa no curto prazo, com previsões de permanecerem no médio prazo a depender da extensão da pandemia. Assim, torna-se fundamental a criação dessa linha via BNDES.	Resolução Bacen	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Economia e Banco Central do Brasil (Bacen).		Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Criação de <b>linha de crédito para operações de exportação</b> , a exemplo dos ACC, porém com recursos do <b>BNDES</b> .	O tema foi mencionado por várias cooperativas exportadoras, uma vez que as linhas externas deixaram de ser ofertadas pelos bancos, visto que o mercado está muito demandante e os bancos resistentes aos financiamentos pelos elevados riscos atrelados a volatilidade cambial. Diante dessa postura do sistema financeiro, que entendemos ser momentânea, sugere-se criar uma linha de ACC com recursos do BNDES para dar liquidez aos financiamentos externos.	Resolução Bacen	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Economia e Banco Central do Brasil (Bacen).		Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.

[Voltar ao início](#)



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

## Crédito

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
Preservação da atividade econômica	Permitir que as cooperativas de crédito possam operacionalizar as linhas de crédito do <b>Fundo Geral de Turismo (Fungetur)</b> .	A medida proporcionará uma maior eficiência da política pública, na medida em que os beneficiários poderão contar com uma rede de atendimento mais capilarizada e com mais opções de contratação. A expectativa é fazer chegar o mais rápido possível financiamentos acessíveis e na medida correta para o setor do turismo, tão frontalmente impactado pela presente crise.	Normativo MTUR	Ministério do Turismo		Pleito atendido pela <b>Portaria 232/2020, do MTUR</b> e pelo <b>Edital de Credenciamento 001/2020 - Fungetur</b> .  Acesse aqui a notícia: <a href="https://bit.ly/3ebv6Pg">https://bit.ly/3ebv6Pg</a>
Preservação da atividade econômica	<b>Prorrogar até 31/12/2020</b> a desoneração da <b>alíquota de IOF</b> incidentes sobre <b>operações de crédito</b> .	Prorrogar até 31/12/2020 a vigência do normativo que zerou a alíquota de IOF incidente sobre operações de crédito, com o objetivo de não onerar os tomadores de crédito e viabilizar as operações durante o período de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus.	Decreto	Presidência da República / Ministério da Economia		Pleito atendido pelo <b>Decreto 10.414/2020</b> , que prorrogou a desoneração do IOF por mais 90 dias (até 02/10).  Acesse aqui a notícia: <a href="https://bit.ly/2ZgOW9v">https://bit.ly/2ZgOW9v</a>
Preservação da atividade econômica	Inclusão das cooperativas de crédito e dos bancos cooperativos nos programas de governo destinados à <b>ampliação do crédito à população e aos pequenos negócios</b> .	Aproveitar a capilaridade e expertise do cooperativismo de crédito para levar políticas públicas de estímulo à economia para a população e para as empresas brasileiras.	Diversos	Ministério da Economia		Pleito está sendo atendido pelo governo.  Entre os programas, incluem-se o <b>Pronampe</b> e as <b>linhas emergenciais do BNDES</b> .
Preservação da atividade econômica	Acesso a mecanismo similar promovido pela Resolução CMN 4.786 ( <b>Linha Temporária Especial de Liquidez</b> ) para as cooperativas de crédito.	Tendo como referência os instrumentos previstos na Resolução CMN 4.786/2020, criação de operações de empréstimos por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez. Seriam aceitos como garantia desse aporte Letras Financeiras (LF) adquiridas no	Resolução do CMN	Banco Central do Brasil	Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG)  Araldo Jardim (Cidadania/SP)	Pleito atendido pela <b>Circular 4.007/2020 do Banco Central</b> .



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
		mercado primário ou secundário, sem cláusula de subordinação, que tenham como emissores bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, caixas econômicas, companhias hipotecárias, sociedades de crédito imobiliário e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).				
Preservação da atividade econômica	Autorização para emissão de <b>Letras de Crédito Imobiliário (LCI)</b> pelas cooperativas de crédito.	Autorização para emissão de Letra de Crédito Imobiliário (LCI) pelas cooperativas de crédito nos normativos vigentes. O pleito de estender a autorização às cooperativas de crédito endereça iniciativas de ampliar as alternativas de captação de recursos junto à base de associados para atendimento às necessidades de crédito e ao equilíbrio dos indicadores de liquidez, além de aproveitar como lastro as carteiras de crédito imobiliário e de empréstimos com garantia de imóvel que as cooperativas detêm.	Resolução do CMN	Banco Central do Brasil	Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) Arnaldo Jardim (Cidadania/SP)	Pleito atendido pela <b>Circular 4.000/2020 do Banco Central</b> .  Acesse aqui o normativo: <a href="https://bit.ly/34mZDq9">https://bit.ly/34mZDq9</a>
Preservação da atividade econômica	Zerar alíquota de IOF incidentes sobre <b>reestruturações de crédito</b> .	Normativo para zerar a alíquota de IOF porventura incidente sobre reestruturações de crédito com o objetivo de não onerar os tomadores de crédito e viabilizar a efetiva renegociação das operações nos moldes sinalizados pelo Conselho Monetário Nacional.	Decreto	Presidência da República / Ministério da Economia	Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) Arnaldo Jardim (Cidadania/SP)	Pleito atendido pelo <b>Decreto 10.305/2020</b> da Presidência da República, que altera para zero a alíquota (principal e adicional) de IOF sobre operações contratadas entre 3 de abril e 3 de julho de 2020.



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
						<b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2UYXgXD">https://bit.ly/2UYXgXD</a>
Preservação da atividade econômica	Criação de linhas de crédito para <b>financiamento de folha de pagamentos</b> de pequenas e médias empresas.	Criação de linhas de crédito para financiamento de folha de pagamentos de pequenas e médias empresas, a serem operacionalizadas pelas Cooperativas de Crédito, com garantia ou aval do Tesouro Nacional e/ou Banco Central, com o objetivo de mitigar os impactos para tais entidades, uma vez que possuem acesso mais restrito a fontes de financiamento alternativas.	Normativo BNDES	BNDES		Pleito atendido pelo <b>anúncio de linhas de crédito</b> emergenciais pelo <b>BNDES</b> .  <b>Acesse aqui</b> o detalhamento das medidas: <a href="https://bit.ly/2JOUfyd">https://bit.ly/2JOUfyd</a>
Preservação da atividade econômica	Flexibilização da <b>apuração de exposição</b> das cooperativas de crédito, em especial as enquadradas no segmento S5.	Dedução do valor agregado dos investimentos, diretos e indiretos, no capital de instituições financeiras e instituições não financeiras componentes do S5, por meio da alteração da Resolução CMN 4.606/2017.	Resolução do CMN	Banco Central do Brasil		Pleito atendido pela <b>Resolução 4.791/2020 do CMN</b> .  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2JVtxbm">https://bit.ly/2JVtxbm</a>
Preservação da atividade econômica	Instituição de Fundo de Investimento para aquisição de <b>recebíveis de pequenas empresas</b> .	Estruturação de um Fundo de Investimento com a participação do BNDES e/ou Tesouro Nacional com o objetivo de aquisição de recebíveis de pequenas empresas e/ou compra de títulos com lastro em tais ativos.	Normativo BNDES	Ministério da Economia		Pleito atendido parcialmente pela <b>Lei 14.042/2020</b> e pela <b>Resolução CMN 4.847/2020</b> que instituiu e regulamentou o Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis ( <b>Peac-Maquinhas</b> ).  <b>Acesse aqui</b> a Lei que criou o programa: <a href="https://bit.ly/3gSWEu5">https://bit.ly/3gSWEu5</a>
Segurança jurídica	Dilatação do prazo de <b>envio de informações obrigatórias</b> para o órgão supervisor.	Postergação do prazo de entrega do Documento Legal (DOC 3040) para o	Comunicado	Banco Central do Brasil	Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG)	Pleito <b>parcialmente</b> atendido pela <b>Carta</b>



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
		regulador por mais 30 dias, além do prazo legal (7 dias úteis), bem como em relação ao Cadastro Positivo, possibilitando a postergação do prazo de entrega dos lotes (que atualmente são de 10 dias) para 20 dias, permitindo assim postergar uma entrega (para quem realiza para a base completa) ou acumular 2 lotes (para quem realiza a entrega incremental).			Arnaldo Jardim (Cidadania/SP)	<b>Circular 4.034/2020 do Banco Central.</b>
Preservação da atividade econômica	Garantir aplicação dos recursos dos <b>Fundos Constitucionais</b> por meio das cooperativas de crédito	Aproveitar os recursos dos fundos constitucionais como forma de pulverizar crédito barato na ponta, sem a necessidade de novos aportes pelo Tesouro Nacional, nem de estruturação de novo arcabouço normativo. As cooperativas já são operadoras dos recursos, porém os bancos administradores têm repassado volume pequeno de recursos, não dando conta da demanda existente, especialmente neste momento de crise.	Medida Provisória	Ministério da Economia / Ministério do Desenvolvimento Regional		Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.
Preservação da atividade econômica	Flexibilização dos <b>Limites de Exposição por Cliente (LEC)</b> , bem como diferimento de operações intrassistêmicas para fins de apuração desses limites.	Concessão de tratamento distinto às operações realizadas através de Depósito Interfinanceiro (e/ou outro instrumento específico), bem como às operações com recursos direcionados do BNDES e FCO, entre instituições financeiras de um mesmo Sistema Cooperativo no cômputo das exposições para cumprimento de limites de LEC e LECO. A solicitação se dá em função de ser o banco, a confederação ou a central a instituição que acessa o mercado financeiro com o objetivo de prover liquidez às cooperativas integrantes do Sistema Cooperativo.	Resolução do CMN	Banco Central do Brasil	Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) Arnaldo Jardim (Cidadania/SP)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
Preservação da atividade econômica	Redução de recolhimento de <b>compulsório sobre poupança rural</b> .	Redução do recolhimento compulsório sobre depósitos de poupança rural em 10 pontos percentuais para os bancos ou cooperativas, quando for o caso, com captação de poupança rural, dado que: 1) as condições de liquidez do mercado não fornecem segurança suficiente que permita a captação no timing adequado para o atendimento das demandas e eventuais prorrogações de operações dos produtores; 2) de forma distinta à carteira de crédito imobiliário, o nível de descasamento da carteira de crédito rural é significativamente mais baixo em função da duration das operações de crédito, justificando do ponto de vista técnico da gestão do risco de liquidez uma alíquota de compulsório inferior para a poupança rural em relação à imobiliária.	Resolução do CMN	Banco Central do Brasil	Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) Arnaldo Jardim (Cidadania/SP)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.
Preservação da atividade econômica	<b>Empréstimo com lastro em Letra Financeira</b> emitida pelas cooperativas de crédito.	Empréstimo com lastro em LF garantidas por operações de crédito (medida em elaboração pelo Banco Central): aceitação de emissão de Letras Financeiras pelas Cooperativas de Crédito, com o lastro em operações de crédito registradas na carteira das referidas instituições, mediante comprovação junto ao Banco Central. Neste caso, as Cooperativas integrantes de sistemas cooperativos com 3 níveis utilizariam o banco cooperativo ou confederação de crédito como liquidante junto à Clearing, enquanto os sistemas de 2 níveis poderiam utilizar as Centrais ou outros bancos para liquidação.	Resolução do CMN	Banco Central do Brasil	Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) Arnaldo Jardim (Cidadania/SP)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
Preservação da atividade econômica	Criação de mecanismo de linha de liquidez para cooperativas de crédito, por meio de <b>garantia com Cédulas de Crédito Bancário (CCB)</b> .	Criação de linha de empréstimos lastreados em cédulas de crédito bancário (CCBs) e demais direitos creditórios oriundos de repasses interfinanceiros de crédito rural, financiamento de cotas-parte, capital de giro, operações de empréstimos e financiamentos realizadas entre os bancos cooperativos e suas cooperativas, bem como recebíveis de arranjos de pagamento e crédito consignado. Como referência da qualidade dos ativos, seriam observados os critérios de que trata a Resolução CMN 2.682/1999.	Resolução do CMN	Banco Central do Brasil	Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) Arnaldo Jardim (Cidadania/SP)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.
Preservação da atividade econômica	Realização de <b>leilões de venda de dólares</b> com compromisso de recompra.	Realização de leilões de venda de dólares com compromisso de recompra, com lastro em parte ou totalidade em Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC), Adiantamentos sobre Cambiais Entregues (ACE) e operações amparadas pela Res. 3844, conforme previsto pela Res. 3622 de 09/10/2008, em função das condições de liquidez restritivas no mercado global.	Resolução do CMN	Banco Central do Brasil	Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) Arnaldo Jardim (Cidadania/SP)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.
Preservação da atividade econômica	Criação de <b>fundo de aval</b> para operações de crédito.	Criação de fundo de aval composto por recursos públicos e privados, na proporção de 4/5 e 1/5, respectivamente, para fazer face à inadimplência decorrente de operações de crédito emergenciais em benefício (solidariedade) às pessoas e empresas mais impactadas pela crise.  Não basta assegurar a liquidez das instituições financeiras, requerendo-se mecanismos de conforto que garantam	Lei	Banco Central do Brasil	Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) Arnaldo Jardim (Cidadania/SP)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
		absorção de perdas crédito em decorrência do novo cenário. Sem isso, não haverá o necessário encorajamento para a concessão de crédito.				
Preservação da atividade econômica	Redução do percentual mínimo exigido do <b>Índice de Basileia</b> para as cooperativas de crédito.	Redução da exigência das cooperativas S5 de 12% para 10,75% para refletir a redução do Adicional de Capital Principal.	Resolução do CMN	Banco Central do Brasil	Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) Arnaldo Jardim (Cidadania/SP)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.
Preservação da atividade econômica	Garantia de mercado para potenciais <b>Letras Financeiras</b> emitidas pelas cooperativas de crédito.	Compra pelo BNDES de LFs emitidas pelas instituições financeiras cooperativas, com garantia nas operações das cooperativas.	Normativo BNDES	Banco Central do Brasil e BNDES	Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) Arnaldo Jardim (Cidadania/SP)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.
Preservação da atividade econômica	<b>Compensação de possíveis perdas</b> no exercício de 2020 com sobras futuras, mesmo que a instituição esteja desenquadradas nos limites regulamentares.	Possibilidade de compensação de perdas com sobras futuras mesmo para cooperativas que apresentarem algum desenquadramento de limites operacionais, desde que o enquadramento seja feito em curto prazo. Trata-se de medida temporária para viabilizar a recuperação de cooperativas em dificuldade.	Lei	Banco Central do Brasil	Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) Arnaldo Jardim (Cidadania/SP)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.
Preservação da atividade econômica	<b>Utilização do FATES</b> para absorção de possíveis perdas do exercício de 2020.	Autorização de utilização do FATES, no todo ou em parte, para absorção de perdas no exercício de 2020.	Lei	Banco Central do Brasil	Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) Arnaldo Jardim (Cidadania/SP)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.

[Voltar ao início](#)



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

## Infraestrutura

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
Preservação da atividade econômica	Criar um <b>empréstimo para socorro dos agentes do setor elétrico</b> que atuem em Geração, Transmissão e Distribuição que comprovem significativo impacto nas suas receitas em função da queda de consumo e da inadimplência involuntária	O empréstimo seria nos moldes do que foi criado em 2014 para socorrer as distribuidoras de energia em função da crise hídrica, com taxas módicas de CDI +1,5% ao ano. O prazo deste empréstimo seria de 8 anos com período de carência enquanto durar a pandemia (reclusão e quarentena)	Decreto	ANEEL/MME	Deputado Alceu Moreira (MDB/RS) Deputado Schiavinato (PP/PR) Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Pleito atendido pelas <b>MPV 949 e 950</b> e pelo <b>Decreto 10.350/2020</b> da Presidência da República.  Acesse aqui a notícia: <a href="https://bit.ly/Conta-Covid">https://bit.ly/Conta-Covid</a>
Proteção à saúde	Solicitação de suspensão temporária do <b>atendimento presencial ao público</b> , como medida para preservar a saúde dos seus colaboradores e da população	As distribuidoras de energia são obrigadas a manter postos de atendimento presencial aos consumidores	Resolução	ANEEL		Pleito atendido pela <b>Resolução 878/2020 da Aneel</b> , autorizando a suspensão do atendimento presencial.  Acesse aqui a notícia: <a href="https://bit.ly/39TpQ0I">https://bit.ly/39TpQ0I</a>
Preservação da atividade econômica	Solicitação de <b>prorrogação temporária dos vencimentos de impostos federais</b> CSLL, IRPJ, PIS/PASEP, COFINS, IPI e IOF para as prestadoras de <b>serviços essenciais</b> (água, saneamento, energia elétrica e telecomunicações). Elaboração de um plano de <b>pagamento parcelado pós pandemia</b> .	As distribuidoras de energia, as autorizadas de telecom, e as companhias de saneamento básico são serviços essenciais para a população, e estão sofrendo os impactos da pandemia, queda no consumo e do chamada inadimplência involuntária onde o consumidor não tem como pagar a conta seja por falta de dinheiro ou por falta de acesso a rede bancária.		Ministério da Economia/Receita Federal	Deputado Alceu Moreira (MDB/RS) Deputado Schiavinato (PP/PR) Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Pleito atendido <b>parcialmente</b> pela <b>Portaria ME 139/2020</b> , alterada pela <b>Portaria ME 150/2020</b> , do Ministério da Economia.  Acesse aqui a notícia: <a href="https://bit.ly/2JO20J0">https://bit.ly/2JO20J0</a>
Garantia de abastecimento / Segurança jurídica	Dar segurança jurídica para a prestação de <b>serviços de telecomunicações por cooperativas</b> .	Tem em vista o aumento exponencial da demanda por acesso a internet, especialmente no campo, defendemos que o poder público autorize e estimule a expansão do acesso à internet por meio de cooperativas, que podem atender especialmente áreas com baixa ou nenhuma conexão.	Lei			



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

[Voltar ao início](#)

## Saúde

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
Segurança jurídica	Garantia de atendimento por meio de <b>serviços de telessaúde</b> nas cooperativas de profissionais de saúde, com cobertura dos planos de saúde.	As cooperativas consideram necessário atender on-line em áreas como psicologia, nutrição e fonoaudiologia. Essa medida garante a continuidade do tratamento e o monitoramento de pacientes com diversas patologias. Os Conselhos Federais de Fonoaudiologia, Nutrição e Psicologia emitiram pareceres favoráveis a esse atendimento on-line. No entanto, os convênios não acataram essas recomendações.	Nota Técnica	ANS		Pleito atendido pela <b>Nota Técnica 07/2020 da ANS</b> , que garante a cobertura ou reembolso dos serviços de telessaúde prestados na forma autorizada por seu conselho profissional, uma vez atendida a diretriz de utilização do procedimento e de acordo com as regras pactuadas no contrato estabelecido entre a operadora e o prestador de serviços.  <b>Acesse aqui</b> a nota técnica: <a href="https://bit.ly/39Phxmw">https://bit.ly/39Phxmw</a>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Controle de <b>preços dos materiais e serviços</b> relacionados aos atendimentos da Covid-19.	O Ministério da Saúde deve acionar todos os órgãos de controle de preços e de mercados para que sejam adotadas medidas que visem coibir o aumento abusivo de preços de materiais e serviços relacionados com a pandemia	Medida provisória	Ministério da Saúde CADE Procon Ministério Público		Pleito <b>parcialmente</b> atendido pela <b>MP 933/20</b> , que suspende por 60 dias o reajuste dos preços de medicamentos. Necessário avançar em outras ações para o controle de reajustes abusivos de materiais e insumos essenciais no combate a Covid-19, como luvas, máscaras e aventais descartáveis.
Proteção à saúde / Preservação da atividade econômica	Flexibilização de acesso às <b>reservas técnicas/ativos garantidores</b> das operadoras de planos de saúde.	Solicitação de medida normativa da ANS como forma de garantir liquidez para as operadoras no período de crise.	Resolução Normativa	Ministério da Saúde ANS	Deputado Evair de Melo (PP/ES) Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) Deputada Leandre (PV/PR)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.  <b>Acesse aqui</b> a notícia: <a href="https://bit.ly/2Xo43LO">https://bit.ly/2Xo43LO</a>



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
Proteção à saúde	Flexibilizar regras, normativos e alvarás para ampliação ou construção de <b>unidades de saúde temporárias</b> .	O cooperativismo entende que as normas da agência devem ser flexibilizadas para que as novas estruturas, necessárias ao enfrentamento da Covid-19, sejam ampliadas ou construídas em tempo hábil, inferior ao exigido nas normas atuais	Resolução Normativa	Ministério da Saúde Anvisa	Deputado Evair de Melo (PP/ES) Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) Deputada Leandre (PV/PR)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.

[Voltar ao início](#)



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

## Trabalho, Produção de bens e Serviços

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
Preservação da atividade econômica / Segurança jurídica	Acesso das cooperativas do setor de turismo às linhas de crédito do <b>Fundo Geral do Turismo (Fungetur)</b> .	A medida visa garantir o acesso ao Fungetur pelas cooperativas que atuam no setor de turismo e que têm interesse em buscar financiamentos de capital de giro neste momento de pandemia. Estas cooperativas são parte do público-alvo da política pública, fornecendo os mais diversos serviços ligados ao setor de turismo em todo o país. No entanto, visualizamos que a redação da Portaria MTUR 75/2015, atualizada pela Portaria MTUR 232/2020, pode obstar o acesso das cooperativas ao programa, ao estabelecer como público alvo as "sociedades empresárias", em substituição ao termo "pessoas jurídicas de direito privado".	Portaria	Ministério do Turismo		Pleito atendido pela <b>Portaria 232/2020, do MTUR</b> . Algumas cooperativas já estão tomando crédito no programa.
Segurança jurídica	Validação do <b>ensino à distância (EaD)</b> na educação básica	Segundo o Conselho Nacional de Educação, os sistemas de ensino estaduais e municipais, coordenados pelas secretarias e pelos conselhos estaduais e municipais de educação, podem, em situações emergenciais, autorizar a realização de atividades à distância. Contudo, verificamos que a Lei de Diretrizes e Bases e o Decreto 9.057/2017 autorizam expressamente a realização de atividades a distância apenas no ensino fundamental, médio, na educação profissional, de jovens e adultos e especial.	Portaria	Ministério da Educação		Pleito atendido pela Nota Técnica 55/2020 da Secretaria de Educação Básica do MEC.

[Voltar ao início](#)



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

## Transporte

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Fim da restrição aos <b>horários de rodagem</b> dos caminhoneiros.	Com a diminuição do tráfego nas estradas, devido às medidas de contenção à circulação geral, não há a necessidade de restrição dos caminhoneiros, impactando positivamente no tempo de entrega	Portaria PRF	Polícia Rodoviária Federal	Deputado Celso Maldaner (MDB/SC) Deputado Giovanni Cherini (PDT/RS)	Pleito atendido pela <b>Portaria 45/2020 da Polícia Rodoviária Federal</b> .  Acesse aqui a notícia: <a href="https://bit.ly/2UWI26w">https://bit.ly/2UWI26w</a>
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Liberação temporária das <b>balanças</b> .	Entendemos que balanças são medidas de segurança, mas atrasam o processo de transporte e, nesse momento de calamidade, urge a necessidade da gestão logística do transporte se dar da maneira mais célere possível, evitando assim o desabastecimento.	Portaria	ANTT		Pleito atendido pela <b>Portaria 117/2020 da ANTT</b> .  Acesse aqui a notícia: <a href="https://bit.ly/2x6O6PF">https://bit.ly/2x6O6PF</a>
Proteção à saúde	Incluir caminhoneiros no grupo prioritário da campanha de <b>vacinação contra a gripe (influenza)</b> .	Por muitos caminhoneiros não terem condição de parar seu trabalho durante o período crítico de combate à Covid-19 e por muitos estarem no grupo de risco da doença, é importante que eles tenham prioridade e possam se vacinar nas estradas, postos de parada e locais de embarque.	Portaria	Ministério da Saúde		Pleito atendido pelo governo em <b>anúncio no Palácio do Planalto</b> , no dia 30/03. Profissionais de saúde e caminhoneiros foram incluídos no público prioritário de vacinação.  Acesse aqui a notícia: <a href="https://bit.ly/2Ro8gLS">https://bit.ly/2Ro8gLS</a>
Proteção à saúde	Distribuição de <b>álcool em gel e máscaras</b> para caminhoneiros.	Muitos profissionais, além de não possuírem tempo para adquirir tais mercadorias, têm encontrado problemas para achar os produtos, devido à escassez	Licitação	Ministério de Infraestrutura	Deputado Celso Maldaner (MDB/SC) Deputado Giovanni Cherini (PDT/RS)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Liberação temporária de pagamentos aos <b>pedágios</b> para caminhoneiros.	O valor pago em pedágios representa custo relevantes na composição do frete. A alta demanda e a baixa oferta já tem impactado os preços do transporte. Assim, para motivar os caminhoneiros e evitar o impacto em toda a cadeia, essas duas medidas fomentarão o trabalho e evitarão a alta dos preços	Acordo	Ministério de Infraestrutura / Concessionárias	Deputado Celso Maldaner (MDB/SC) Deputado Giovanni Cherini (PDT/RS)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.  Foram apresentados diversos projetos de lei sobre o assunto de liberação do pedágio para caminhoneiros durante a pandemia sendo eles: PL 1280/2020, PL 1260/20, PL 1214/20, PL 1116/20, PL 1096/20, PL 990/20, PL 930/20, PL 851/20 e PL 725/20.
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Venda do <b>óleo diesel</b> com o preço de custo da refinaria para caminhoneiros.	O valor gasto com abastecimento representa a maior parcela da composição dos custos no transporte rodoviário de cargas. A alta demanda e a baixa oferta já tem impactado os preços do transporte. Assim, para motivar os caminhoneiros e evitar o impacto em toda a cadeia, essas duas medidas fomentarão o trabalho e evitarão a alta dos preços	Acordo	Ministério de Infraestrutura / Ministério de Minas e Energia / Refinarias	Deputado Celso Maldaner (MDB/SC) Deputado Giovanni Cherini (PDT/RS)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Parcelamento e/ou postergação dos débitos relacionados ao <b>ICMS e IPVA</b> sobre transporte; das obrigações acessórias mensais	A partir da competência de Março/2020, defendemos a inclusão do tema em reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), visando o incentivo à atuação dos trabalhadores e prevenção ao desabastecimento.	Decreto Estadual / Convênio Confaz	Confaz	Deputado Celso Maldaner (MDB/SC) Deputado Giovanni Cherini (PDT/RS)	Pleito encaminhado para o governo, aguardando deliberação.
Garantia de abastecimento / Preservação da atividade econômica	Liberação temporária das <b>barreiras fiscais</b> .	Entendemos que barreiras fiscais são medidas de segurança, mas atrasam o processo de transporte e, nesse	Comunicado MINFRA/ANTT	ANTT/PRF		Pleito encaminhado para o governo,



# Pleitos do Cooperativismo

Combate à Covid-19

Foco	Medida proposta	Descrição	Instrumento	Órgão responsável	Parlamentar Frencoop responsável	Status
		momento de calamidade, urge a necessidade da gestão logística do transporte se dar da maneira mais célere possível, evitando assim o desabastecimento.				aguardando deliberação.
Preservação da atividade econômica	<b>Suspensão temporária de cobrança</b> de financiamentos de veículos automotores contratados pelo <b>FAT-Taxista</b> .	Diante da urgência e da gravidade da situação vivida pelos taxistas brasileiros em decorrência da pandemia, será de fundamental importância que o setor financeiro dê sua contribuição para a classe desses trabalhadores deixando de cobrar dívidas vencidas dos financiamentos do FAT-Taxista durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020. De forma que evite o superendividamento de mais de quinhentos mil taxistas em todo Brasil.	Lei ordinária	Codefat / Ministério da Economia		Pleito em discussão no Congresso Nacional, no âmbito do <b>PL 1.721/2020</b> .

[Voltar ao início](#)